



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG  
GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

# **Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Educação e Saúde**

**Valores até Dezembro/2016**

Centro Administrativo do Governo – Rodovia SC 401 – km 5, nº 4600  
Saco Grande II – Florianópolis – SC  
Fones: (48) 3665-2773, 3665-2633 e 3665-2727





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG  
GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

**GOVERNADOR DO ESTADO**  
João Raimundo Colombo

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**  
Antonio Marcos Gavazzoni

**DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL**  
Graziela Luiza Meincheim

**ASSESSOR DO DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL**  
Vagner Alonso Pacheco

**GERENTE DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**  
Gilceu Ferreira

**GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA**  
Flávio George Rocha

**GERENTE DE CONTABILIDADE FINANCEIRA**  
Vera Lucia Hawerth Santana

**GERENTE DE SISTEMAS DE GESTÃO FISCAL**  
Marcelo Inocêncio Pereira

**GERENTE DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL**  
Flávio George Rocha

**ELABORAÇÃO:**  
Grupo de Trabalho de Informações da Gestão Fiscal

**EQUIPE:**  
Alice Luciane Rhoden  
Heber Lima da Costa  
Marcelo Fernandes Pedrosa  
Mário Wendhausen Gentil

**Informações:**  
**Telefones:** (48) 3665-2773, 3665-2727,  
3665-2633, 3665-2710

**E-mail:** [geinc@sefaz.sc.gov.br](mailto:geinc@sefaz.sc.gov.br)

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**  
Centro Administrativo do Governo – Rodovia SC 401 – Km 5, nº 4.600  
Saco Grande II – Florianópolis – SC



## **Aplicação Mínima Anual**

A Constituição Federal determina uma aplicação mínima anual de recursos nas áreas de educação e saúde. Dessa forma, o cumprimento da aplicação do mínimo constitucional deverá ser comprovado no encerramento do exercício\*.

Para a Educação deverão ser aplicados, no mínimo, 25% da RLI.

Para a Saúde deverão ser aplicados, no mínimo, 12% da RLI.

O Governo do Estado de Santa Catarina vem cumprindo anualmente o mínimo constitucional, conforme pode ser constatado na tabela a seguir:

### **EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE / RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS**

	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Percentual Aplicado em Educação</b>	26,19%	26,57%	29,42%	28,30%	28,39%	27,57%	26,99%
<b>Percentual Aplicado em Saúde</b>	12,04%	12,09%	12,14%	12,02%	12,11%	12,86%	12,82%

## **Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais – RLI**

Conceito de receita que serve de base para a verificação do cumprimento dos valores mínimos previstos na Constituição Federal para aplicação de recursos nas áreas de Educação e Saúde.

### **Composição da RLI (= 1 + 2 – 3)**

(+) 1 – Impostos Arrecadados diretamente pelo Estado (inclui juros, multa e dívida ativa):

ICMS

IPVA

ITCMD

IRRF (retido da folha dos servidores e no pagamento de fornecedores)



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**  
**DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL - DCOG**  
**GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

(+) 2 – Transferências Constitucionais e Legais recebidas da União:

FPE

ICMS Desoneração – LC nº87/1996

IPI-Exportação

IOF-Ouro

(-) 3 – Deduções da RLI: do valor recebido pelo Estado pela arrecadação de impostos (item 1 acima) e transferências da União (item 2 acima), parte é repassada aos municípios e outra restituída aos contribuintes. Assim, o Estado repassa/devolve:

**Aos municípios:** 25% do ICMS e IPI-Exportação e 50% do IPVA arrecadados;

**Restituições:** devoluções aos contribuintes dos impostos arrecadados indevidamente (exemplos: contribuinte pagou em duplicidade; contribuinte que pagou valor maior que o devido).

## **Receitas do FUNDEB**

Dos valores dos impostos arrecadados pelo Estado e após o repasse aos municípios, ou seja, da parcela pertencente ao Estado são destinados ao FUNDEB 20% dos seguintes impostos:

ICMS

IPVA

ITCMD

FPE

ICMS Desoneração – LC nº87/1996

IPI-Exportação

Após a destinação dos recursos para o FUNDEB, o mesmo distribui os recursos de acordo com o número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública, atualizados com os dados do último censo escolar. Para os Municípios é considerado o número de alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental e para o Estado o número de alunos matriculados no ensino fundamental e médio.

Devido a um coeficiente chamado “fator de ponderação” que varia de acordo com a etapa e a modalidade do ensino, o governo do Estado de Santa Catarina envia mais recursos para o fundo do que recebe como retorno do FUNDEB. Esta diferença é denominada de PERDA DO FUNDEB. No entanto o Estado de Santa Catarina não perde, pois estes recursos são distribuídos entre os municípios catarinenses.

Centro Administrativo do Governo – Rodovia SC 401 – km 5, nº 4600  
Saco Grande II – Florianópolis – SC  
Fones: (48) 3665-2773, 3665-2633 e 3665-2727





DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM EDUCAÇÃO  
DEZEMBRO DE 2016

R\$ 1,00

RECEITAS	
<b>I - RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	<b>17.042.279.532,46</b>
Impostos	20.814.313.386,65
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	1.446.335.851,04
(-) Repasses aos Municípios - Transferências Constitucionais e Legais	5.218.369.705,23
<b>RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	<b>325.530.373,42</b>
Transferências do FNDE	325.226.759,30
Transferências de Convênios Destinados a Programas de Educação	303.614,12
<b>RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	<b>2.105.417.311,05</b>
Transferências de Recursos do FUNDEB	2.082.268.384,15
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	23.148.926,90
DESPESAS	
<b>II - DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DAS FONTES TESOUREO<sup>1</sup></b>	<b>1.527.341.282,63</b>
<b>III - DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB</b>	<b>2.066.406.017,49</b>
Pagamento dos Profissionais do Magistério	1.738.608.468,27
Outras Despesas	327.797.549,22
<b>DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	<b>451.921.221,77</b>
Custeadas com a Contribuição Social do Salário-Educação	217.235.067,40
Custeadas com Outras Receitas	234.686.154,37
<b>IV - DEDUÇÕES/ADIÇÕES PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO LIMITE CONSTITUCIONAL</b>	<b>1.006.295.493,29</b>
Perda nas Transferências do FUNDEB	1.043.331.089,39
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	(23.148.926,90)
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB	(4.100.318,54)
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, de Outros Recursos de Impostos	(9.786.350,66)
Cancelamento, no Exercício, de Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores (Fontes Tesouro e Fundeb) <sup>2</sup>	-
<b>V - DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO</b>	<b>4.100.318,54</b>
Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB	4.100.318,54
<b>TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (II + III + IV)</b>	<b>4.600.042.793,41</b>
VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS ATÉ O MÊS <sup>3</sup>	
VALOR A APLICAR PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL (25% DA RLI)	<b>4.260.569.883,12</b>
DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE	<b>4.600.042.793,41</b>
<b>DIFERENÇA</b>	<b>339.472.910,29</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO</b>	<b>26,99</b>
VALOR DO FUNDEB A APLICAR NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (60% DO FUNDEB)	<b>1.263.250.386,63</b>
DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE	<b>1.734.508.149,73</b>
<b>DIFERENÇA</b>	<b>471.257.763,10</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO</b>	<b>82,38</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal de Santa Catarina - SIGEF/SC

Notas:

<sup>1</sup> De acordo com o Ofício SEF/GABS nº 1292/2007, as despesas com inativos serão excluídas gradativamente, à razão de 5% a.a., a contar de 2007. Portanto, foram consideradas 50% das despesas liquidadas custeadas com recursos do Tesouro do Estado.

<sup>2</sup> Conforme estabelece o Manual de Elaboração do RREO, o ente que possua controle sobre o cancelamento dos Restos a Pagar que foram considerados no limite do seu respectivo ano de inscrição, deverá informar apenas o valor cancelado que tenha causado impacto nesse limite. Em 2016 foram cancelados R\$ 3.893.084,72 dos Restos a Pagar inscritos em 2015 (Fontes Tesouro e Fundeb). Como em 2015 o Estado aplicou R\$ 408.563.289,38 além do mínimo constitucional exigido, o cancelamento dos Restos a Pagar não impactou no descumprimento do limite do ano anterior.

<sup>3</sup> O cumprimento da aplicação do mínimo constitucional deverá ser comprovado no encerramento do exercício, pois a Constituição determina uma aplicação anual de, no mínimo, 25% da Receita Líquida de Impostos.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM  
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL  
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

MÁRIO WENDHAUSEN GENTIL  
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO DE INFORMAÇÕES DA  
GESTÃO FISCAL  
CONTADOR CRCSC 30.007/O-0



DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE  
DEZEMBRO DE 2016

R\$ 1,00

<b>I - RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	<b>17.042.279.532,46</b>
Impostos	20.814.313.386,65
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	1.446.335.851,04
Deduções De Transferências Constitucionais aos Municípios	5.218.369.705,23
<b>DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE<sup>1</sup></b>	
DESPESAS COM SAÚDE (Todas as fontes)	3.010.599.058,54
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-
(-) DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	491.830,03
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	825.191.535,88
Recursos do Sistema Único de Saúde	583.472.130,79
Recursos de Operações de Crédito	127.596.839,69
Outros Recursos	114.122.565,40
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADOS À SAÚDE	-
<b>II - TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE (Fonte Tesouro)</b>	<b>2.184.915.692,63</b>
<b>III - AJUSTES CONSIDERADOS PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO LIMITE CONSTITUCIONAL</b>	
Restos a Pagar Cancelados - Vinculados à Saúde (Fonte Tesouro) <sup>2</sup>	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (II + III)</b>	<b>2.184.915.692,63</b>
<b>VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL ATÉ O MÊS<sup>3</sup></b>	
VALOR A APLICAR PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE CONSTITUCIONAL (12% DA RLI)	2.045.073.543,90
DESPESAS CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE	2.184.915.692,63
<b>DIFERENÇA</b>	<b>139.842.148,73</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO</b>	<b>12,82</b>

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC

NOTAS:

<sup>1</sup> Nas Despesas com Saúde foram consideradas as despesas executadas na Função 10 - Saúde, exceto as executadas pelo Fundo do Plano de Saúde e pela Secretaria de Administração na ação 445 - Saúde e segurança no contexto operacional, pois, embora contabilizados na Função 10, não são de acesso universal, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional n° 29.

<sup>2</sup> Conforme estabelece o Manual de Elaboração do RREO, o ente que possua controle sobre o cancelamento dos Restos a Pagar que foram considerados no limite do seu respectivo ano de inscrição, deverá informar apenas o valor cancelado que tenha causado impacto nesse limite. Em 2016 foram cancelados R\$ 17.996.456,56 dos restos a pagar inscritos em 2015 ( Fonte do Tesouro ). Como em 2015 o Estado aplicou R\$ 135.995.834,67 além do mínimo constitucional exigido, não existe valor a ser ajustado no exercício de 2016.

<sup>3</sup> O cumprimento da aplicação do mínimo constitucional deverá ser comprovado no encerramento do exercício, pois a Constituição determina uma aplicação **anual** de, no mínimo, 12% da Receita Líquida de Impostos.

Florianópolis, 23 de Janeiro de 2017.

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM  
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL  
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

MÁRIO WENDHAUSEN GENTIL  
COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO DE INFORMAÇÕES  
DA GESTÃO FISCAL  
CONTADOR CRCSC 30.007/O-0